FESPSP - FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO
ESP - ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA

DANIEL ARANTES VICENTINE - RA: 0025063

Crônicas da doença e da miséria

Trabalho Temático Multidisciplinar sob orientação da prof. Eliana Asche

São Paulo
2020

Crônica de Apresentação

Entendo a minha geração como o limiar da era tecnológica intensiva, a qual estamos completamente imersos nos dias de hoje. Na minha infância, ter um computador deixou de ser luxo e passou a ser um objeto tão comum na casa das pessoas como uma televisão. Ao mesmo tempo, o celular ia se aprimorando, deixando de ser um telefone portátil para ser um faz tudo, uma extensão do nosso próprio corpo. Lá pelo meio desta década, este processo já estaria completo, e é difícil lembrar ou imaginar a vida de antes.

Digo isso para ressaltar que o hábito de se informar pelo jornal impresso nunca se cristalizou em mim. Quando comecei a me interessar pelo mundo, já era possível ler blogs, portais e afins, sem precisar esperar cada manhã - além do mais, cresci com uma natural desconfiança pelos jornalões, tanto por ouvir falar mal deles em casa, quanto pela pluralidade de informações e opiniões que a internet descortinava, algo que supera muito a pauta das redações (como sabemos hoje, para o bem e para o mal). Desta forma, a crônica, famigerada aqui no país sob a caneta de nomes como Nelson Rodrigues, Paulo Mendes Campos, Rubem Braga e outros não me foi familiar até bem pouco tempo. Meu primeiro acesso ao gênero foi por nomes menos conhecidos, ligados a blogs de esquerda; destaco aqui um deles: Felipe Demier, cuja escrita metafórica sobre as agruras da política presente me atraiu sobremaneira; em tempos de pandemia e isolamento, foi uma fonte recorrente de análise e reflexão para mim. Por o

Quando surgiu a possibilidade de fazer o trabalho temático a partir da transmidiação, essa foi a primeira ideia que me veio na cabeça: fazer crônicas. Tentei ao máximo respeitar o “protocolo” das crônicas, escrevendo conforme os assuntos apareciam. Não deixar para última hora, no caso, foi a forma de fazer a coisa acontecer, deixando o apanhado geral mais interessante, “ao calor do momento”. Acho que valeu a tentativa.

CAPÍTULO 1: Covas de Covas

Era ainda abril. O primeiro mês de quarentena, sabe-se lá quantos de pandemia no país. Inúmeras teorias pipocavam acerca de quem seria o chamado “paciente zero”; a versão oficial acusava um homem de classe média alta, recém chegado de viagem à Itália, naquele momento o principal epicentro do vírus. A extrema direita jogava o problema no colo da “esquerda festiva”, alegando que as aglomerações do carnaval tinham nos levado a um cenário de pandemia. Por outro lado, e sem nenhuma preocupação com a coerência, os mesmos atores agiam ativamente para boicotar a quarentena. O projeto se tornava claro: deixar morrer, ver a economia quebrar, para depois jogar a culpa em seus adversários em um interminável ciclo de conspirações. A maior parte da esquerda, por seu turno, rebatia as declarações estapafúrdias do presidente, sem conseguir assumir a dianteira das pautas políticas. A classe média e a elite, salvo seus elementos negacionistas, se pôs em isolamento, os mais pobres, em meia quarentena, ou nem isso. O perverso cronômetro ia contando: 5 mortos, 10, 20, 100…

Contudo, quando o prefeito de São Paulo, Bruno Covas, mandou abrir um número imenso de covas - trocadilho perverso - ficou claro o tamanho da tragédia que se avizinhava. Em uma foto que circulou o mundo, que só podia ser tirada das alturas, via-se os buracos em fila, em um campo aberto. A lembrança imediata volta-se para um cenário de guerra, onde coveiros se esforçam para cavar fossas improvisadas para acolher soldados abatidos como moscas - faço esta lembrança por conta dos diversos relatos de coveiros de São Paulo acerca do sobretrabalho em condições adversas. Tal qual os governos europeus de décadas atrás, ficava claro que a população não seria protegida do massacre. As dezenas de mortes se tornariam milhares.

CAPÍTULO 2: O canto da cloroquina

Julho de 2020. Mais de mil mortes diárias tornaram-se uma realidade incomodamente trivial. Depois de um período de tensão, na qual muitos esperavam que a popularidade do presidente derretesse para algo em torno de dez por cento, a chamada margem do impeachment, Bolsonaro demonstrou resiliência e conseguiu atravessar a maré de crise sem resolvê-la. Ou melhor, resolveu do seu jeito, culpando os adversários (médicos, movimentos sociais, partidos e a OMS) por não darem credibilidade para a cloroquina, remédio supostamente capaz de minorar os efeitos mais agudos da Covid. Resolveu ao evitar uma convulsão social no país contra seu governo, muito por conta da capitalização em cima do auxílio emergencial, recebido por milhões de famílias, como se houvesse sido favorável a esta medida desde sua proposição.

À esta altura, muitos de nós, professores e alunos, já enfrentávamos o esgotamento de meses confinados em uma quarentena cada vez mais esvaziada. A prisão domiciliar dos que podem se dar o luxo de tentar sobreviver. A imagem do presidente mostrando a cloroquina para uma emas do palácio sobreveio como mais um deboche triunfal do mandatário do país, na qual se costeia a classe dominante brasileira, cujo tradicional desprezo pelos mais pobres se combina com a sua frágil compleição econômica, cada vez mais voltada para o varejo de produtos importados e exportação de produtos primários. Desta forma, a abertura de shoppings, com a subsequente volta à rotina do vai e vem abarrotado dos transportes públicos, se tornara um mantra a ser defendido pelos que dela se beneficiam, ou pelos que se fascinam pelo mundo das mercadorias. A brincadeira infantil do presidente torna-se a imagem do triunfo do irracionalismo do capital, que necessariamente precisa abrir mão, mais cedo ou mais tarde, da lógica científica para poder impor a roda da valorização do valor. Bolsonaro é, tão somente, a face mais descarnada deste processo. Quem acredita que esta é meramente uma manobra diversionista, deve procurar a quem beneficia tudo isto.

CAPÍTULO 3: FOME

Fome. Muitos de nós não sabem o que é isso. Nada tem a ver com dietas de qualquer tipo, ou com aquele dia em que não temos tempo de parar nem pra comer, por conta de emprego ou de uma jornada de estudos. Também não tem a ver com o desejo de comer aquela iguaria cara, ao qual podemos nos dar o luxo de comprar apenas ocasionalmente. Fome é outra coisa.

Fome acontece quando qualquer princípio moral é destruído em prol da sobrevivência imediata. Quando o ser humano, tão capaz de pensamentos elevados e feitos impressionantes, volta a se assemelhar ao animal que caça, incerto se haverá ou não uma refeição naquele dia. Este animal fará de tudo para sobreviver, nem que para isso se arrisque a prisão ou a morte no meio de uma multidão, também esfaimada. Aqui não existe e nem pode existir, nem de perto, qualquer preocupação com a COVID-19 e o distanciamento social. Não antes da comida.

Uma multidão de pessoas lutando com todas as forças para pegar um pedaço de carne é, talvez, uma das imagens mais tristes da pandemia. Proporcional às covas abertas em São Paulo ou no Amazonas, ou os esgotados profissionais da saúde nos sucateados hospitais públicos. Reflete a monumental desigualdade social no país, bem aparelhado pela grande mídia e seus consortes para ver nisso a mera ação de bandidos, e não de pessoas as quais o futuro é cada vez mais algo obscuro. Qualquer análise de como deveremos caminhar daqui em diante, que projeto político devemos defender, deve levar em conta a situação dos condenados da terra, em meio à opulência. Contradição terrível do capitalismo.

CAPÍTULO 4: O Paradoxo Brasileiro

A transição da capital federal do Brasil para o planalto central do país foi, durante mais de um século, uma promessa. Seria cumprida por J.K., famigerado "presidente bossa nova", que delegou o projeto para o modernista Niemeyer, que construiu na árida região um monumento a céu aberto. O vislumbre (mais um) de um país que alcançaria o seu futuro, superando de vez as suas desigualdades estruturais a partir da construção da nova capital, foi derrubado por um golpe militar pouco tempo depois. A arquitetura conceitual do palácio do planalto teria seus espaços ocupados pelos ultrarreacionários militares durante duas décadas, em um novo paradoxo brasileiro. Mais um. O congresso, teoricamente um espaço de debates para os representantes do povo, seria fechado várias vezes até que a oposição consentida negociasse seu lugar. O judiciário, por sua vez, seria figura permissiva diante da guerra aberta contra o povo brasileiro, promovida pelos empresários em aliança com os fardados. A praça dos três poderes, por sua vez, poucas vezes estaria cheia com o povo - tanto pela dificuldade em se chegar às áreas centrais do país, quanto pela já referida proibição de quaisquer oposição de cunho popular no período ditatorial.

Caminhamos hoje para 40 anos do fim da ditadura. Novamente as promessas de um país melhor foram afogadas. A democratização do país não resolveu nem os problemas estruturais, nem sequer questões mais básicas da sociedade brasileira. A presidência, hoje, é ocupada por um fã da linha dura militar, mais radical que o mais truculento dos presidentes militares. Recentemente, profissionais de saúde no DF em busca de melhores condições de trabalho na linha de frente pela contenção da pandemia. O paradoxo de quase 60 anos atrás é renovado mais uma vez na composição performática dos manifestantes, denunciando o sacrifício sem descuidar do distanciamento social: mais uma vez, é o básico que faz parte das reivindicações. Não morrer em serviço.

Talvez não exista nada mais brasileiro do que isso: a capacidade da violência, desigualdade e o descaso conviverem lado a lado com a alegria e a inovação cultural. Oswald Andrade e Plínio Salgado. Sílvio Frota e Caetano Veloso. Bolsonaro e Niemeyer.

CAPÍTULO 5: o novo normal

Dória surpreendeu muita gente no início da pandemia. Durante certo tempo, foi a principal voz de oposição a Bolsonaro no que tange à prevenção do vírus. A troca de farpas era praticamente diária, e o fato do governador do estado mais rico do Brasil estar questionando a falta de espírito estadista do presidente passou a ser lido por analistas políticos como a antecipação do pleito de 2022. A defesa da quarentena e a criação dos chamados hospitais de campanha, por outro lado, seria o atestado de que ele sim teria qualificação e humanidade para o cargo.

Contudo, cedo ficou evidente que as medidas eram insuficientes. Não basta dizer para as pessoas ficarem em casa: é preciso dar condições para que isto seja possível. Nem Dória, nem Covas jamais defenderam um auxílio emergencial robusto, ou a proibição de demissões em quanto durasse a pandemia, ou ainda propostas como a do deputado Glauber Braga, que garante o Estado como empregador em última instância - algo vital para um país com uma massa de desempregados. Ao contrário: seus ataques contra os servidores públicos, principalmente por meio da Reforma da Previdência Estadual, demonstraram que a lábia do governador era só um pouco mais do que isso: quando Bolsonaro governa, todos os gatos são pardos.

Os meses passaram. O governo elaborou uma escala cromática para demonstrar que a flexibilização da quarentena, já candente, seguia um protocolo seguro. Estamos hoje na fase amarela, que restringe apenas parcialmente horários de parques, academias, lojas e cinemas. Na prática, porém, o intenso movimento do transporte público na capital paulista, insuficientes para atender a demanda dos que trabalham sem home office, denuncia que, na prática, a cor amarela e a verde não fazem tanta diferença. O sinal verde foi dado. Para quê, para quem?

130 mil mortos, e contando...

CAPÍTULO 6: Educação para a morte

Ao longo da história, muitos autores escreveram peças, romances e contos marcados pela presença de notáveis vilões. Dentre estes, temos a construção de Ricardo III por Shakespeare; o homem ardiloso que toma o poder a partir de cínicas tramóias contra sua própria família, é uma das mais conhecidas e serve de modelo até hoje para diversas ficções televisivas (a mais recente talvez seja *House of Cards,* que acompanha a ascensão de um deputado norte americano, Frank Underwood, já experiente, para a presidência do país, eliminando inimigos pelo caminho). O mérito de Ricardo, ou de Underwood, é seguir à risca o protocolo de disfarçar os objetivos espúrios por meio de nobres intenções e jogos duplos. Ao ler recentemente esta dramaturgia clássica de Shakespeare, lembrei de nosso presente; candidatos não faltam ao papel do Ricardo da vez.

Não dá pra adotar um radicalismo ingênuo que prega a “morte da política”, como um todo. Esta ainda é um caminho efetivo de transformações que salvam a perspectiva de outros futuros. Não se pode negar, todavia, que o Brasil de 2020 é um solo fértil para conspirações, armações e performances exageradas no plano eleitoral, enquanto pouco ou quase nada de efetivo se faz para melhorar a vida do povo, já combalido pelos meses de pandemia e os anos de recessão.

A bola da vez, pois, é o debate em torno do retorno às aulas presenciais. Depois de abrirem os shoppings, os parques, liberarem as praias e normalizarem o terrível vai e vem dos transportes das grandes cidades, a escola resta como uma das últimas fronteiras da sanidade necessária para um tempo de pandemia. É aí que entram em cena os Ricardos: argumentam sobre a terrível defasagem dos alunos, que perderam o ano escolar. Obscurecem a negligência dos mesmos sobre a atuação do poder público, capaz de possibilitar um ensino de qualidade muito superior ao que foi oferecido no período de isolamento. Gestam a insatisfação contra os próprios professores que buscam evitar o contágio através de suas lutas sindicais. Mais uma dessas inversões bem elaboradas.

CAPÍTULO 7: Alimentação ruim, vírus ameaçador

Nestes últimos tempos - diga-se, último mês - foi notório o aumento exponencial do preço do arroz, graças à uma política errática de segurança alimentar implementada pelos últimos governos. Os brasileiros encontram-se desprotegidos frente às vontades do nem tão livre assim mercado; cujos maganos preferem exportar uma commodity do que garantir as três refeições de seus compatriotas. Na eminência do fim do auxílio emergencial, a catástrofe se avizinha…

Por isso, é impossível não olhar com altas reservas para uma bela matéria do G1, que denuncia os males que as comidas calóricas e açucaradas oferecem para o sistema imunológico, visando uma proteção efetiva contra o vírus. Fico pensando em que contexto é possível orientar o consumidor individual a consumir orgânicos e evitar as chamadas “prateleiras do meio” dos supermercados, lotadas de alimentos processados. Não colocar as coisas no devido contexto, no momento em que o contexto salta aos olhos na miséria social que nos rodeia, é uma opção política. É escolher falar para os 10 a 20 % de brasileiros que podem escolher alimentos sem agrotóxicos e construir *peri passu* com o nutricionista uma dieta balanceada. Lembremos que no último ciclo de crescimento, em que o penúltimo Governo Federal repetia o refrão do “país de classe média”, ainda assim 80% dos brasileiros viviam com até dois salários mínimos per capita na família. E o salário mínimo no Brasil dispensa comentários…

Eu tenho a possibilidade de receber encomendas de pequenos produtores. Sei que os preços altos para a realidade brasileira não é culpa deles, assim como a possibilidade de poder me alimentar de tais produtos não é um luxo ao qual devo me culpar (um sentimento comum a parcelas da esquerda); a questão maior é possibilitar que as amplas massas possam acessar estes alimentos. Não entender o básico como privilégio, e sim a sua ausência como falta de direitos e motivos para a luta política, é uma equação desafiadora para os nossos dias.

Liberdade de quê?

Quando se está na escola, existem aqueles materiais que quase todo mundo assiste ou vê; tem os livros do vestibular, claro, que sempre aparecem no topo da lista por serem obrigatórios. Mas, além deles, há algumas modas que parecem que se tornam consenso subentendido pelos professores de humanas (sim, no caso estamos nos referindo à este campo somente, pela negligenciada bagagem que carrego das ciências exatas). Ilha das Flores, um documentário de não mais de 15 minutos, é um desses materiais.

Uma das passagens mais marcantes desse filminho é a frase final: "*liberdade: esta palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que ensine, e ninguém que não a entenda*". Frase linda, não resta dúvida, ainda mais em se considerando o marcante contraste com a pobreza e a sujeira sem fim da Ilha das Flores (que realmente existe).

Contudo, como toda frase de impacto, dessas que povoam o imaginário, existem insuficiências importantes a depender do contexto. Sabemos que existe um uso cínico da palavra e com isso penso nos empresários que defendem a liberdade do comércio em plena pandemia; ou ainda a liberdade do empregador decidir com o empregado o contrato de trabalho. Ou, ao contrário, aqueles que advogam a liberdade de ir e vir na pandemia. A liberdade afinal, evoca imagens e sonhos belos, mas é absoluta? Afinal, adotaremos a máxima liberal, ditada por Margareth Tatcher (Não há sociedade, só indivíduos em busca de seus interesses)? Ou entenderemos que a liberdade do coletivo se sobrepõe (com consequências negativas para a autonomia individual)? Existe meio termo?

Acho que o debate sobre o assunto deva ser qualificado; saúde mental em tempos de isolamento é algo que importa sim. Ficar em casa 7 meses é dose pra todo mundo. Chamar o cara diz que não aguenta mais ficar em casa de idiota e egoísta não resolve o problema, apenas expia a culpa social por um acordo mal feito acerca do espaço e da autonomia de cada um.

Enquanto caminho para a 31a. semana de isolamento social, um isolamento cada vez mais isolado, fico pensando que um conceito como liberdade, que anda por aí, na boca de todos, é uma baita de uma encrenca. Se por um lado gera um belo debate, por outro, a depender de seu uso, as consequências são enormes e

podem significar vida ou morte. As palavras tem poder. O debate, por enquanto, fica em aberto.

Capítulo 9: descrer para crer

Uma das maiores dificuldades que percebo (até agora) para o cientista social, é conseguir equacionar aquilo que acontece estruturalmente na sociedade com o que se passa na cabeça das pessoas que agem positivamente para que estas coisas aconteçam. É um pouco aquela ideia de imaginar os bastidores do poder, aquela vontade que dá de ser uma mosca para poder entrar nos salões lacrados para maioria de nós, onde os ricaços e os políticos do primeiro escalão conversam amigavelmente, em clima de camaradagem.

Acho que essa pergunta tem ressoado cada vez mais com o último governo, dado o nível de bizarrices que se seguem dia após dia. O grau de confusão é gigantesco: será que o presidente é assim mesmo ou é um personagem? Ou ainda um pouco das duas coisas? De toda forma, o fascínio que o fenômeno causa é imenso, desde as notícias ao estilo tablóide até as análises que se avolumam na academia acerca da psique do fascismo.

Depois de ter escrito algumas crônicas sobre este momento que estamos passando, tentando ultrapassar a primeira camada de empirismo a partir do que li e ouvi, acho que cabe uma ponderação: não está sendo fácil escrever no meio de tantas incertezas. Às vezes prevalece a sensação de que não é possível pegar a realidade na mão, ou sequer algum fragmento dela. Dá vontade de simplesmente desistir e falar: é isso, perdemos. A desgraça está aí, o mundo vai derreter de calor pelas queimadas no pantanal, metade dos brasileiros passarão fome, o presidente que aí está ficará por mais um mandato, etc. etc. Ao ver as notícias atestando o aumento nos níveis de ansiedade e depressão, não me permito surpreender.

Não sou daquele tipo que acha que devemos estar o tempo todo atentos a tudo e a todos, sem baixar a guarda. É uma ideia de casca heróica e de recheio perverso; uma inversão do princípio capitalista de que o tempo todo devemos estar nos aprimorando para o trabalho. Ora, conseguir sobreviver e continuar produzindo ciência exige calma, descanso e um tempo pra digerir desilusões; ver uma bobagem qualquer na Netflix não é pecado, ficar uma hora deitado, ouvindo música na fossa, não é perda de tempo.

Walter Benjamin já avisava: a revolução não é acelerar a locomotiva da história, mas sim freá-la.